

# Vulnerabilidade e proteção: A prática e pesquisa em psicologia

**Apoiado pelo Grant FIC- NIH Grant FIC- NIH 1R25TW008186-01; Iniciativa Panamericana em Bioética**

Adaptado de Vulnerabilidade e proteção – a prática e a pesquisa em psicologia Revista conjectura, Centro de Filosofia e Educação, Universidade de Caxias do Sul vol 14, n 1, janeiro/maio 2009, p.157-165 Autorizado por Prof. Dr. Everaldo Cescon, Editor - Revista conjectura Centro de Filosofia e Educação, Universidade de Caxias do Sul

## Introdução

O módulo discute algumas considerações a respeito dos conceitos de vulnerabilidade e proteção quando relacionados à prática e pesquisa em psicologia. Estabelece ligações entre conceitos clássicos, principalmente, na área da filosofia e demais ciências humanas – como ética, moral e educação e as circunstâncias cotidianas e contemporâneas, como o acesso facilitado às informações, o incentivo para a formação de recursos humanos na área da pesquisa e o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas.

## Desenvolvimento

O título – vulnerabilidade e proteção - tem a ver, objetivamente, com a proximidade de um projeto de pesquisa e outras ações, coordenado e desenvolvido em serviços da própria Universidade, e que se vincula com a prevenção e saúde como o nome sugere. Vulnerabilidade, por definição, associa-se aos fatores de risco e proteção e alinha-se com uma abordagem muito reconhecida no campo da psicologia que indica que risco não é desastre mas, sim, desafio e, ao risco oferece-se proteção e não conformismo e catástrofe (**MARCELLI, 1998; MASTEN & COATSWORTH in CICCHETTI & COHEN, 1995**).

Quando se estende essa temática ao campo de pesquisa científica, problematizam-se algumas questões, porque há recomendações muito claras quanto aos cuidados a serem tomados exatamente para a pesquisa com seres humanos em grupos vulneráveis. Assim, torna-se obrigatório o domínio de vários conceitos e procedimentos que podem orientar de maneira tal que a legislação não iniba mas, pelo contrário, estimule a realizar práticas cada vez mais qualificadas no âmbito da pesquisa em psicologia (**FOUREZ, 1995; HUTZ & SPINK, 2007**).

Pretende-se, também, apresentar algumas considerações que dizem respeito ao momento atual das práticas em pesquisa, obviamente, sublinhando o conhecimento e a perspectiva da psicologia, mas, possivelmente, transponível para outras áreas de estudo e aplicação. Dessa forma, a temática aproxima-se igualmente dos campos de estudo da educação e da ética.

Ao se abordar a ética e a bioética, é quase inevitável a referência aos dilemas da vida e da morte – cuidado e não cuidado, a eutanásia, o aborto, a fertilização assistida, as células-tronco e tantos outros itens que compõem as agendas de pesquisa de ponta na comunidade. Enfim, tem-se um conjunto amplo e polêmico de assuntos que o leitor ou estudante, menos iniciados, poderão supor que estariam distantes de tais interesses, atribuindo os temas exclusivamente aos acadêmicos e aos cientistas. Contudo, tanto as práticas profissionais como as da docência deparam-se com uma realidade distinta, na medida em que a discussão ética é inerente a qualquer intervenção profissional, desde a observação e apropriação da história de uma pessoa até a interferência em seu cotidiano.

Além disso, há que se enfatizar que vulnerabilidade e proteção têm se constituído em temáticas recorrentes de inúmeros estudos de psicologia atualmente envolvendo desenvolvimento, psicopatologia do desenvolvimento, situações e populações de risco, resiliência, entre outras (**HAGGERTY et alii, 1996; RUTTER & SROUFE, 2000; KOTLIARENCO & LECANNELIER in: MELILLO; SUÁREZ OJEDA & RODRÍGUEZ, 2004**).

Isso porque a psicologia tem se dedicado a realmente investigar os desdobramentos das situações adversas, livre de preconceitos patologizantes e tenta dar um sentido para as chamadas exceções dos sobreviventes. O próprio projeto desenvolvido e mencionado anteriormente se alinha com outros grupos de pesquisa e serviços de psicologia na comunidade científica. Ou seja, o início da vida como ponto de partida para ações preventivas em saúde mental. E, se esse início da vida for permeado por situações de vulnerabilidade biológica e/ou psicossocial, o risco do ponto de vista do cuidado passa a assumir uma atenção multiplicada.

Para se conhecer esse risco, portanto, e cuidar da maneira mais eficiente possível também é preciso pesquisar com mais profundidade a natureza desses processos, já que ao risco o único que pode se oferecer é proteção e quem sabe, prevenção em outros níveis. Novamente, nesse momento, somam-se os impasses, e se for pesquisa com grupos vulneráveis também se duplicam as exigências. E então, o que fazer? Abandonar a pesquisa imediatamente? Positivamente não, mas pelo contrário seguir investigando tais situações, desde que protegidos e ancorados - os pesquisadores - pelas prerrogativas que os pares acadêmicos e profissionais estabelecem.

Nessa mesma direção merece atenção especial as concepções de RUTTER (2000), ao propor um campo denominado psicopatologia do desenvolvimento em que será um tripé indissociável o risco, a vulnerabilidade e a proteção. Daí o surgimento na literatura anglo-saxã do conceito de resiliência. Logo, o desenvolvimento e a psicopatologia, classicamente tão cindidos pela linha de normalidade, encontram faces de contato e porque não dizer de origem. Assim, diante de situações adversas do desenvolvimento normal, a intervenção toma papel estratégico para redirecionar o curso dos fatos, preferencialmente para as harmonias do desenvolvimento.

Do ponto de vista da ética, é importante retomar os referenciais da psicologia que orientam tal questão: a moral e a ética estariam dependentes de uma construção [**KOHLBERG, comentado por BIAGGIO (1991) e HABERMAS (1989)**] e, portanto, sujeito e objeto de uma investigação submetidos a essa mesma condição. Logo, é possível compreender que a intenção de pesquisar risco e vulnerabilidade não libera o pesquisador da regulamentação que rege essa matéria.

Além disso, em se tratando de pesquisa em psicologia, são esclarecedoras as orientações de

HABERMAS (1989), quando menciona que toda a ciência, que admite as objetivações de significado como parte de seu domínio sobre os objetos, tem que se ocupar das conseqüências metodológicas do papel do participante. Nesse sentido, compreender o que é dito exige a participação e não somente a observação. Ou seja, ao se propor um termo de consentimento livre e esclarecido tal orientação se aplica para um universo considerado de pesquisas, na medida em que ameaça a independência do contexto e a neutralidade axiológica necessária para a objetividade do denominado saber teórico.

Na produção intelectual nacional, tanto FONSECA como GUARESCHI (in: JACQUES, 1995) são referências quando integram a ética e a psicologia.. Falar de ética implica um esforço em tornar explícitos aqueles pressupostos que orientam a ação concreta sobre o mundo, e que, enquanto reguladores, também criam a ilusão de autonomia e liberdade. Falar de ética também implica na busca daquilo que, sob a aparência do pessoal e individual, se inscreve como valores sociais estruturados historicamente que, com sua capacidade estruturante modelam os espíritos segundo seus conteúdos. (FONSECA, 1995).

Há, na problematização desse tema, uma dupla mensagem que merece ser desvendada: ao mesmo tempo em que é preciso oferecer soluções das mais variadas ordens para as denominadas populações vulneráveis, há que se cumprir a legislação que rege e protege a pesquisa com seres humanos, principalmente, com os grupos vulneráveis.

Do ponto de vista da pesquisa em psicologia, por sua vez, a legislação do Conselho Federal de Psicologia é absolutamente clara ao orientar eticamente os psicólogos envolvidos em pesquisas com seres humanos, ou seja, seguir a resolução do Ministério da Saúde (HUTZ; SPINK, 2007) que também contempla a pesquisa com seres vivos, até porque são clássicos os estudos de aprendizagem com cobaias animais dentro da formação em psicologia e mesmo nos cursos de pós-graduação strictu-sensu. Tem-se, portanto, na aplicação dessas normas, a encruzilhada com a pesquisa, exigindo a necessidade de planejar os fluxos de trabalho, os tempos necessários para cada etapa, especialmente, quando se abordam seres humanos, cujo direito a participar ou não de estudo deve ser rigidamente respeitado.

A única alternativa parece ser, portanto, a de desenvolver com técnica, por que não dizer algo de arte e muita criatividade possibilidades de que os próprios projetos de pesquisa sejam capazes, potencialmente, de desencadear melhorias nos cuidados, mesmo que não projetados inicialmente pela investigação. A clareza em tentar desenhar projetos que considerem o bem-estar dos pesquisados, preferencialmente, parece condição obrigatória. Logo, projetos de pesquisa que envolvam grupos conceituadas como vulneráveis deveriam contemplar um delineamento que fizesse a previsão de uma bem definida rede de apoio para o enfrentamento de tais situações. Seria talvez a única maneira de oferecer efetivamente proteção a quem o risco persegue constantemente.

Diante das exigências atuais da bioética e da ética em pesquisa, é fundamental sublinhar que o objeto de estudo da psicologia, freqüentemente, tem sido o grupo especial, clínico e, por isso mesmo o vulnerável. Isso porque o próprio conhecimento em psicologia, não conformado com o estado atual de intervenções, tenta produzir um novo saber que se torne disponível à comunidade. Pontualmente seria aí que se instalaria o delicado equilíbrio entre a garantia de conhecer o estado da arte do assunto e, realmente, dedicar-se a investigar o que seguramente pode oferecer algo de novo, em lugar de simplesmente replicar o que já se conhece, atendendo muito mais a um interesse e curiosidade pessoais do que às genuínas questões da ciência.

As orientações éticas contidas em diversas associações e entidades são absolutamente transparentes quanto aos cuidados a serem tomados nesse sentido. Ou seja, há que se assegurar, via exaustiva revisão de literatura, que a nova investigação proposta realmente é original, nem que seja minimamente, já que nada semelhante foi descrito e que, efetivamente, os resultados poderão contribuir para o avanço do conhecimento.

Essa orientação parece tão simples mas não tem assim se revelado, isto é, quem serão os executores dessa exaustiva revisão de literatura, no mínimo em dois idiomas nas bases de dados de ponta: profissionais, docentes e/ou acadêmicos? A resposta a essa questão não necessita ser de escolha simples mas, certamente, será um diferencial nas garantias para a proteção aos grupos vulneráveis, desde a primeira etapa da investigação, comprometendo os desdobramentos e produtos das pesquisas realizadas. Possivelmente tal circunstância possa ser explicada pelas recomendações de ARENDT (1996), quando discute a pesquisa básica e aplicada e também a própria constituição de docentes qualificados. Ou seja, harmonizar paixão, experiência e talento, quando se trata de pesquisa na universidade, tem sido árdua tarefa dos gestores e todos os envolvidos. Um professor recém-concursado, ou mesmo um acadêmico em final de curso ou bolsista de iniciação científica, certamente poderá carregar paixão e talento em seus projetos mas lhe faltará a experiência. Ao contrário, um docente ao final de sua carreira universitária terá experiência e talento, mas poderá lhe faltar a paixão do jovem iniciante. E, finalmente, uma terceira situação em que paixão e experiência estarão presentes mas não a indispensável competência para tal. Em sendo assim, a parte das definições de vulnerabilidade e condições éticas para a realização de projetos de pesquisa, faz-se obrigatória a articulação das particularidades de quem levará adiante as investigações envolvendo pesquisa de campo.

Desde a posição dos docentes, é genuíno o convite a oferecer exercícios metodológicos desde a graduação com o intuito de despertar o caráter investigativo na formação superior. Até recentemente na Psicologia e possivelmente em outras áreas afins, a pesquisa era tarefa de uma minoria de Docentes Doutores, em geral formados no exterior, até porque inexisteriam tais cursos nas universidades brasileiras e, que realizavam pesquisas junto aos programas de pós-graduação strictu sensu, denominados de excelência na comunidade científica nacional e internacional. Sabe-se que esse modelo teve que ser expandido e, atualmente, um estudante de graduação tem a tarefa de coletar dados em algum momento de sua grade curricular. Não se pode ficar na direção contrária da socialização do ensino superior, mas é obrigatório refletir se essa é a melhor ou a única saída para tais impasses, quando se discute a pesquisa em psicologia, a vulnerabilidade e a proteção.

A construção e a socialização de novos conhecimentos, provavelmente, são as únicas alternativas para que melhores condições e qualidade de vida sejam oferecidas às inúmeras populações, que vivem em situações de miserabilidade, vulnerabilidade e risco. Contudo, como garantir que a pesquisa tal como tem sido produzida seja um elemento propulsor para isso?

Fundamental também considerar, além da realização formal de todas as etapas de um projeto de pesquisa, sobre o que acontece com os participantes quando a pesquisa acaba (WHITWORTH, 2008), ou ainda quando são detectadas necessidades de atendimento ao longo do próprio estudo (GOMES & PICCININI, 2007). Em se tratando de grupos vulneráveis, cuja abordagem percorre uma longa tramitação de liberações e autorizações, ao longo da coleta das informações, nem sempre é previsto um encaminhamento nessa direção. Não se trata, em

absoluto, de tornar obrigatória toda pesquisa com contornos de intervenção, mas no mínimo que seja cuidadosamente previsto o procedimento quando se observam necessidades outras a serem atendidas.

A psicologia, felizmente, não necessita e nem precisa se manter em exemplos teóricos. Na área da saúde e educação foram e continuam sendo diversos os exemplos de aplicações extremamente bem sucedidas de projetos experimentais altamente exitosos em seus resultados, sem deixarem de terem sido trabalhosos e cuidadosos. Devem ser lembrados os benefícios do lúdico (MASETTI, 1998) e dos programas de humanização, em instituições de curta ou longa permanência, que atendem pessoas de todas as faixas etárias, nas rotinas atuais da assistência. Ou seja, somente o trabalho, inicialmente experimental com os denominados grupos vulneráveis, viabilizou a qualificação da assistência, representando o mais legítimos dos objetivos da investigação científica.

Não há como finalizar esse artigo sem a indicação de que há que se continuar fazendo pesquisa mesmo com todas as dificuldades que se apresentam. Há que se insistir que a bioética, a ética e todos os encaminhamentos exigidos para a pesquisa com grupos vulneráveis só qualificam as propostas de estudos e, obviamente, protegem a todos os envolvidos. O domínio dessas áreas do conhecimento permite tornar o projeto de estudos e/ou projeto de pesquisa visível aos pares intelectuais, que terão o afastamento necessário para uma apreciação mais livre de interferências. Os rituais do anonimato e do sigilo, garantidos aos participantes, também se duplicam nos bastidores da elaboração de um projeto de pesquisa.

## Referências Bibliográficas

### Top

- ARENDDT, Ronald João Jacques. Pesquisa básica versus aplicada. Temas em Psicologia, volume 3, p. 71-78, 1996. **BIAGGIO, Angela Maria Brasil. Psicologia do Desenvolvimento. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.** FONSECA, Tania Maria Galli. Acerca da ética e da perspectiva interdisciplinar. In: JACQUES, M. G. C. (org.). Relações sociais e ética. Porto Alegre: ABRAPSO – Regional Sul., 1995.
- GOMES, Aline Grill & PICCININI, Cesar Augusto. Impressões e sentimentos das gestantes sobre a ultra-sonografia e suas implicações para a relação materno-fetal no contexto da anormalidade fetal. *PSICO*, volume 38, número 1, p. 67-76, 2007. GUARESCHI, Pedrinho A. Ética e relações sociais entre o existente e o possível. In: JACQUES, M. G. C. (org.). *Relações sociais e ética* Porto Alegre: ABRAPSO – Regional Sul., 1995.
- HABERMAS, Jurgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989., 332]. HAGGERTY, Robert J. *et alii. Stress, risk and resilience in children and adolescents*. Cambridge: University Press, 1996. **HUTZ, Claudio S. & SPINK, Mary Jane. Orientações Éticas para Psicólogos Envolvidos em Pesquisas com Seres Humanos. Proposta elaborada para o Fórum de Entidades de Psicologia. Disponível em:**
- KOTLIARENCO, Maria Angelica; LECANNELIER, Felipe. Resiliencia y coraje. El apego como mecanismo protetor. In: MELILLO, A. SUÁREZ OJEDA ; RODRÍGUEZ, D. (orgs.). *Resiliencia y subjetividade*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MARCELLI, Daniel. Manual de Psicopatologia da Infância de Ajuriaguerra. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. MASETTI, Morgana. Soluções de Palhaços: Transformações na Realidade. São Paulo: Palas Athena, 1998. MASTEN, Ann. S & COATSWORTH, Douglas. Competence, Resilience and Psychopathology. In: CICCHETTI, D.& COHEN, D. Developmental Psychopathology. Vol. 2: Risk, disorder and adaptation. New York: John Wiley & Sons, p. 715-752, 1995. MELILLO, Aldo & SUÁREZ OJEDA, Elbio Néstor; RODRÍGUEZ, D. (orgs). Resiliencia y subjetividade. Buenos Aires: Paidós, 2004.. RUTTER, Michael & SROUFE, L. Alan. Developmental Psychopathology: concepts and challenges. Development Psychopathology, volume 12, p. 265- 296, 2000. WHITWORTH, Jimmy. What happens when the research is over? Researcher and funder perspectives. Global Forum on Bioethics in Research , Blantyre, Disponível em [www.wellcome.ac.uk/assets/wtx025166/](http://www.wellcome.ac.uk/assets/wtx025166/) Acesso em: 28 janeiro 08.

## **Vulnerabilidade Alice Maggi - Brasil Questions**

This module has no questions.

## **Vulnerabilidade Alice Maggi - Brasil References**

This module has no references.